



RESENHA CRÍTICA

HYPOLITO, A. M. e GANDIN, L. A. (Orgs.). *Educação em tempos de incertezas*. Autêntica: Belo Horizonte, 2000

Das incertezas do tempo às (im)possibilidades da Educação

Neuza Guareschi

O aumento, a rapidez e a sofisticação dos meios de comunicação, o processo econômico, cultural e social de globalização que estamos vivendo atualmente e a busca de uma hegemonia neoliberal por determinados governos, fazem com que a integração entre os seres humanos seja maior, mas, acima de tudo, mais complexa. Ao mesmo tempo em que ocorre uma integração mundial em relação a questões mercantis e culturais, ocorrem também diferentes tipos de reações, resistências e discussões frente a elas. Como exemplo desse tipo de reações, podemos citar o Fórum Social Mundial (realizado em Porto Alegre, RS, em janeiro de 2001), ocasião em que tópicos como globalização econômica, pobreza, justiça social e o respeito às diversidades culturais e às diferentes identidades fizeram parte de quase todos os debates. A complexidade de entendimento que todas essas questões envolvem é, certamente, muito grande. Levando em conta essa complexidade é que devemos também olhar, ou analisar, o surgimento e a continuidade das relações sociais que se estabelecem nas diversas instituições de nossa sociedade. Assim, não há dúvidas de que vivemos, atualmente, num período de muitas incertezas!

O livro organizado por Gandin e Hypolito mostra a complexidade política, teórica, cultural e ideológica que se faz presente em diferentes discursos e sobre diversas questões, envolvendo a instituição educação na contemporaneidade. Pode-se dizer que essa complexidade, principalmente política e cultural, abordada no livro, é o que os organizadores apontam como aquilo que nos traz tempos de incertezas e utopias que presenciamos nos discursos sobre educação. Dessa forma, o livro é dimensionado no debate dessas complexidades políticas e culturais que trazem à tona a emergência de uma série de fatores da contemporaneidade, que levam a refletir sobre tempos de incertezas. Isto é, os organizadores escolheram desenvolver primeiramente uma discussão de um ponto de vista teórico, que abarcasse a transição paradigmática dentro da área da educação deste final do século para, num segundo momento, apontar, questionar e analisar questões relacionadas ao currículo, à reforma educacional, à pedagogia, à formação de identidades e aos movimentos sociais na educação.

As questões da educação, principalmente as relacionadas a filosofias e políticas das escolas, às práticas pedagógicas, ao currículo e à construção das identidades no mundo globalizado e guiado pelo sistema neoliberal, nos fazem pensar, também, no que Santos (2000) chama de a morte das expectativas. Este autor fala que, até algum tempo atrás, as famílias, dependendo da situação econômica, cultural, social e geográfica em que se encontravam, poderiam facilmente prever, com certa antecedência, o futuro de seus filhos e filhas. Pais e mães saberiam que as crianças concluiriam o ensino fundamental e médio, cursariam uma faculdade e, no término, trabalhariam na sua área de formação. Hoje, vivemos um tempo de incertezas, no qual essa previsão não é mais viável ou confiável. Mesmo as famílias econômica e socialmente mais estáveis não arriscam prever com certeza se seus filhos e filhas passarão no vestibular, farão um curso superior e, mesmo isso acontecendo, se irão encontrar trabalho na sua área de atuação. Santos entende que há um crescimento da arrogância das elites políticas, como decorrência da “naturalização” e irreversibilidade da globalização, em articulação com a resignação das pessoas como uma forma de organização social sem futuro, sem expectativas. Tal resignação será fundamental no resultado do processo que ocorre na atualidade. A discrepância entre a experiência e as expectativas vivenciadas atualmente serve de mote para esta resignação, na medida que presenciamos a “morte” das ditas expectativas. Se fizermos uma análise do período moderno tardio, podemos encontrar ainda expectativas de mudanças, como, por exemplo, a possibilidade de um sujeito de classe média desejar a mudança de *status* social ou a ascensão de classe. Hoje, todavia, com a expectativa de futuro natimorta, a experiência, o *status quo*, passa a ser mais “brilhante” que a expectativa, ou a possibilidade de modificação. Percebe-se, assim, que a instituição escola, dentro da sociedade que estamos vivendo hoje, é a que mais expõe as pessoas às complexidades e inseguranças nesses tempos incertos.

Parafrazeando Morin (1999), enfrentar as incertezas exige a convergência e ensinamentos de diversas ciências e disciplinas. Diz ele: “A maior contribuição de conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento” (1999, p. 55). Acredito que uma das idéias que nos confirma esta afirmação é sem dúvida a diversidade de conhecimentos que as ciências abrangem. Entretanto, existe uma questão que penso ser ainda maior: a incapacidade e o limite das disciplinas em estabelecer fronteiras e trabalhar com as diferenças, respeitando e não apagando suas características singulares, e não colocando as pessoas em desigualdades. É esse esforço intelectual e político de não essencializar teorias, priorizar conceitos ou estabelecer supremacia para algumas categorias que o livro propõe. Os seis trabalhos contidos no livro estruturam-se apresentando nos três primeiros capítulos um debate mais teórico e bastante atual do campo da educação; nos outros três, são discutidas algumas das realidades sobre questões de raça, gênero e movimentos sociais na escola. Assim, os trabalhos deste livro objetivam realmente compreender a realidade do mundo da educação no debate das teorias educacionais atuais, tendo presentes os conflitos entre o estado e as diversas esferas da sociedade e discutindo o cotidiano daqueles e daquelas que, construindo suas diferentes identidades, se produzem na escola.

Buscando debater as aproximações e os distanciamentos entre diferentes abordagens consideradas progressistas, Apple e Carlson discutem teorias educacionais críticas em tempos de incertezas. Esses autores, mas principalmente Apple em outros trabalhos, têm apontado as possíveis tensões que são geradas entre as visões neomarxistas/neogramscianas e os enfoques pós-estruturalistas e pós-modernistas na compreensão de processos pedagógicos, currículo e construção de identidades na escola. Conhecendo os trabalhos de Apple e Carlson, pode-se arriscar dizer que a principal preocupação desses autores é a de nunca esquecer uma agenda política, de não negligenciar a importância da estrutura econômica e de não romantizar determinadas questões da cultura e da história implicadas na construção das identidades de gênero, raça, etnias e sexualidade.

Apple e Carlson não negam, em absoluto, as percepções e contribuições trazidas pelo domínio do discurso no campo da educação, como o fazem trabalhos situados dentro dos enfoques do pós-estruturalismo, bem como análises desconstrutivas das perspectivas não estruturantes do pós-modernismo. Destacam, também, a importância de aspectos relacionados à educação desenvolvidos pelos estudos feministas, principalmente os das feministas negras, aliados ao pós-estruturalismo, sobre as políticas de identidade e os novos movimentos sociais. Entretanto, ressaltam, primeiro em relação a alguns dos novos movimentos sociais da pós-modernidade, que esses são reacionários, como por exemplo, os grupos religiosos fundamentalistas e suas interferências no debate sobre a educação; e, depois, em relação às políticas de identidade, chamam a

atenção para aspectos da estrutura social e econômica na formação dessas identidades, salientando que o político não se esgota no pessoal.

Com a preocupação de discutir a reforma educacional conservadora, enfatizando as possíveis descon siderações que essa reestrutura educacional faz em relação às diferentes identidades culturais e sociais na escola, Hypolito e Gandin analisam os conceitos de hegemonia e ideologia na tradição neo-marxista, em contraponto ao conceito de discurso no pós-estruturalismo. Se, por um lado, a discussão do conceito de ideologia nos campos da educação crítica conduz inevitavelmente ao debate sobre as lutas educacionais e políticas do currículo e da escola e suas intersecções com os campos econômico e social da sociedade, por outro lado, o conceito gramsciano de hegemonia tornou-se também fundamental nos estudos sobre currículo no que diz respeito à produção das relações sociais e às diversas formas de consciência nas práticas diárias no espaço da escola. Entretanto, as teorias sobre discurso complementam e reforçam os estudos educacionais, ampliando-os e complexificando-os, quando buscam os significados da linguagem através das práticas sociais e históricas das instituições. É no sentido de buscar analisar pontos estratégicos desses dois paradigmas, na tentativa de uma abordagem teórica mais integradora na educação crítica, que os autores mostram a importância de diferentes experiências políticas que evidenciam a luta contra-hegemônica de discursos que se produzem em relação aos aspectos sociais, culturais, raciais e de classe na construção de identidades e de práticas redemocratizantes em reformas educacionais e em processos pedagógicos na escola.

As discussões teóricas em torno da relação entre ideologia, hegemonia, senso comum e discurso, levam necessariamente a uma retomada da obra de Gramsci, já iniciada pelos estudos culturais, principalmente por Hall (1988), quando coloca que, embora a linguagem não fosse um ponto principal para o pensador italiano, este estava plenamente côm scio de sua importância.

Já Luke, no terceiro capítulo do livro, não contemporiza as interações ou complementariedades entre as abordagens teóricas do neo-marxismo e a discussão sobre as teorias do discurso no pós-estruturalismo na área da educação crítica. Para este autor, as teorias do discurso no pós-estruturalismo são, além de uma crítica às abordagens empíricas das ciências sociais, um corte epistemológico e uma mudança de paradigmas na forma de analisar e compreender as práticas educacionais. É certo que Luke rejeita as análises da ideologia em relação ao discurso. Entretanto, assume que a análise de discurso deve ter uma posição política e crítica definida sobre a realidade, e reflexiva e interpretativa sobre os textos. Considera ainda que, através das possibilidades metodológicas de que a análise do discurso dispõe, devem ser intensificados trabalhos na área da educação que busquem examinar novas comunidades, novos textos, novas identidades sociais características dos tempos pós-modernos. Este autor defende,

portanto, a aplicação, em trabalhos do campo da educação, de uma análise de discurso desde uma perspectiva crítica. Desse modo, a abordagem sobre a análise de discurso apresentada por Luke, a qual remete aos quadros teóricos do pós-estruturalismo, não se propõe a análises simplistas das intersecções entre as identidades de gênero, raça, etnias, sexualidade e classe social, mas a desempenhar um papel importante em ressignificar experiências e construir contra-narrativas a partir dos diferentes discursos e práticas sociais na educação.

Pode-se dizer que, nos três primeiros capítulos, o livro se propõe a apresentar um debate sobre conceitos fundamentais do neo-marxismo e seus contrapontos, ou possíveis intersecções, com teorias do pós-estruturalismo, principalmente no que diz respeito ao discurso. Uma das principais questões levantadas é a de como a educação crítica fundamentada no neo-marxismo e no pós-estruturalismo pode dar conta de abarcar, em suas discussões centrais dos tempos de incertezas, tanto a estrutura e as políticas educacionais, quanto a vida cotidiana, práticas pedagógicas e construção das identidades – raça, classe, gênero e sexo – no espaço da escola.

Os três últimos capítulos se detêm a abordar algumas discussões sobre políticas de identidades e movimentos sociais na educação ilustrando, em forma de pesquisa, possíveis integrações entre os dois paradigmas.

No sentido de focalizar experiências, resistências e políticas das identidades de raça e gênero na educação, os capítulos de Ferreira e Carvalho não se dedicam apenas a situar seus trabalhos no paradigma neo-marxista ou pós-estruturalista, mas buscam compreensões sobre os temas de raça e de gênero que possam demonstrar possíveis intersecções entre eles.

Em relação à raça, sabemos que, no Brasil, diferentemente de outros países como os Estados Unidos, as pessoas têm sido historicamente classificadas cada vez mais sob as categorias das cores preta, parda e branca. Essa prática denota as estratégias da ideologia do embranquecimento iniciada pela aristocracia, continuada pela burguesia e depois pelos interesses do capital multinacional. Dessa forma, as diferenças raciais no Brasil têm sido negadas e disfarçadas por uma falsa democracia racial. As tentativas de se reduzir a problemática das diferenças e, conseqüentemente, das discriminações raciais, à categoria da classe social, perdurou por muitos anos e foi nomeada por Fernandes (1978), como o “dilema racial”.

Considero que no Brasil, assim como em outros países do Terceiro Mundo, as lutas sociais pelo reconhecimento e libertação de identidades histórica e culturalmente discriminadas e oprimidas, como no caso dos negros e das mulheres, foram desenvolvidas como parte integrante dos movimentos de grupos que tinham como meta principal a questão econômica. Isto é, buscavam a diminuição da pobreza e melhores condições de salário e de vida para a população carente e trabalhadores/as explorados/as. Esses movimentos sociais, cujo objetivo principal de luta era contra as desigualdades sociais e econômicas de classe, possi-

bilitaram o caminho para que os novos movimentos emergissem em busca dos direitos das identidades diferenciadas e discriminadas como, por exemplo, mulheres, negros, gays, lésbicas, etc.,

Os estudos de gênero e de diferentes orientações sexuais são hoje temas essenciais e já consagrados nas áreas de pesquisa em educação. Entretanto, o fato de já estarem sendo discutidas nas escolas não é uma garantia para que essas questões já façam também parte dos currículos, ou que as escolas tenham criado políticas educacionais curriculares. Embora as análises sobre a construção da identidade de gênero não devam ficar restritas ao espaço da escola, é a partir das relações que se desenvolvem nela que se podem compreender muitas das discriminações, significados e conceitos que se estabelecem sobre gênero na sociedade.

São, portanto, trabalhos como o de Márcia Ferreira e de Marília de Carvalho que vão subsidiar novas discussões sobre a construção de identidades como de gênero e de raça, para que se possa também pensar em práticas que permitam que as diferenças se manifestem nos espaços da escola e das salas de aula.

Sabemos, também, que as esferas social, cultural, econômica e política da sociedade que envolvem as dinâmicas de gênero, raça, sexualidade e classe, não são construídas de forma linear. Pelo contrário, produzem-se e se reproduzem de maneira contraditória, complexa e descontínua, gerando conflitos e resistências. Considerando essas questões, Fischer, no último capítulo do livro, apresenta uma reflexão diferenciada sobre movimentos sociais e educação popular. Através da leitura de alguns autores brasileiros e estrangeiros, ele reflete acerca de argumentos, complexidades, contextos e ideologias do desenvolvimento de pesquisas sobre educação popular e movimentos sociais. Pode-se dizer que os trabalhos na área da educação popular, à qual este autor se dedica há décadas, iniciaram, desencadearam e incitaram outros estudos sobre políticas de identidade que vêm se realizando no campo dos Estudos Culturais, em relação a gênero, raça e classe social. As experiências na área da educação popular desenvolvidas com mulheres, jovens, crianças, idosos, com diferentes etnias e grupos religiosos, mostram que os movimentos sociais não buscam somente a inclusão social de pessoas economicamente excluídas da sociedade. Os trabalhos de pesquisa na área da educação popular buscam também promover o desenvolvimento de políticas públicas que propiciem a inserção das pessoas como verdadeiros cidadãos e cidadãs de uma autêntica participação na sociedade.

A preocupação que o autor apresenta sobre a temática das relações de poder, conhecimento/saber e códigos culturais, desenvolvida através de autores como Alberto Melucci e José de Souza Martins, demonstra que, além de reforçar a discussão conduzida ao longo do livro, o debate teórico sobre movimentos sociais realizado por Fischer se situa na linha de estudo dos Novos Movimentos Sociais, embora ele não os denomine dessa forma.

Com certeza o livro apresenta uma discussão teórica inovadora ao abordar os distanciamentos necessários ou as possíveis aproximações entre conceitos de paradigmas diferentes. Promover o debate no campo da educação, a partir de uma perspectiva ampla e complexa como a proposta neste livro organizado por Gandin e Hypolito, é certamente fundamental para todos os que atuam nessa área e em áreas afins.

Referências Bibliográficas

- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.
- HALL, S. The toad in the garden: thacher among the theorists. In: Nelson and Grossberg, *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Corta Editora, 2000.

Neuza M. F. Guareschi é professora da Faculdade de Psicologia da PUC.

Endereço para correspondência:

E-mail: nmguares@pucri.br